

A morte de Tancredo

O futuro depende da Aliança

por José Antônio Severo
de Brasília

Ao decretar os oito dias de luto oficial protocolares, o vice-presidente José Sarney não está apenas assinando seu primeiro ato como sucessor no governo do falecido presidente Tancredo Neves, mas também assumindo sua memória. Sarney diz à Nação que veio para concluir a obra de engenharia política iniciada pelo presidente morto nas várias etapas que levaram sua candidatura à vitória numa das mais difíceis empreitadas políticas de que se tem notícia na História do Brasil.

A exaltação da memória do presidente morto dominará o primeiro momento do novo governo. E questão pacífica entre todas as lideranças que o primeiro passo deve ser dado em conjunto por todas as forças políticas do País. Esse movimento é definido pelo ministro da Administração, Aluísio Alves, como a consolidação da Presidência de José Sarney.

Sem favorecer nenhum aprofundamento de questões que dividam essas forças, dentro dos partidos ou, mesmo, interpartidariamente, será seguida a estratégia que se tem evidenciado nas primeiras articulações levadas a efeito pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra: leva-se à frente em primeiro lugar os assuntos nos quais há convergência. Primeiro desses pontos é a reforma partidária. Mesmo a mais ortodoxa oposição pedessista, ligada ao deputado Paulo Maluf, concorda em que a legislação partidária e a organização política do País devem ser imediatamente mudadas. Há, portanto, o nível de convergência exigido para o problema ser tocado durante o período de consolidação.

Taticamente, a condução dessas reformas em que já há consenso procurará preservar ao máximo o presidente José Sarney. O líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), disse ao editor Walter Marques, deste jornal, que todas as reformas serão encaminhadas por iniciativa das lideranças no Congresso. Ou seja: nenhuma delas será votada como iniciativa do Executivo, embora o Ministério da Justiça tenha usado a capacidade de movimentação de seu titular, Fernando Lyra, para se articular na área parlamentar. Essa ação tenderá a se manter discreta.

A reforma política será o bastante para manter o Parlamento operando dentro de um bom nível de entendimento até 15 de maio, quando expira o prazo para a votação em tempo de se fazerem as eleições para as prefeituras das capitais ainda em 15 de novembro de 1985, como era desejo do Presidente Tancredo Neves. Segundo Fernando Henrique Cardoso, esse calendário será mantido.

A consolidação da presidência de José Sarney é considerada a base para a manutenção da normalidade política. No entanto, assim que o governo se mostrar sólido, as diversas tendências começam a operar em faixa própria. Não se espera, contudo, o esfacelamento da Aliança Democrática. A coligação de partidos que elegeu Tancredo Neves e José Sarney tende a se manter gravitando em torno do governo, como que foi negociado entre Tancredo Neves e Aureliano Chaves, de acordo com o compromisso firmado pelos dois chefes políticos. Diz esse documento: "A Frente Liberal terá participação equitativa no governo". Esse compromisso com a Frente será mantido como fator de equilíbrio entre as forças que ficam ao lado de José Sarney.

A manutenção da Aliança Democrática como sustentação do governo, entretanto, não impedirá que facções dos partidos que a compõem entrem em divergência em questões específicas após a consolidação do governo civil.

A primeira dessas questões, admite-se no Congresso, será a redução do mandato de José Sarney, com a convocação de eleições presidenciais para 1986. Essa bandeira política, as diretas, é um fator de divisões ainda surdas dentro da Aliança Democrática. Grande número de parlamentares que participaram da campanha das "diretas já", em 1984, teme perder a bandeira de grande efeito eleitoral para os novos opositores do PDS e, principalmente, para o governador do Rio, Leonel Brizola, e seus seguidores. Entretanto, grupos da chamada esquerda do PMDB, entre os quais se notam lideranças expressivas como a do deputado Miguel Arraes (PMDB-PE), dispõem-se a manter o compromisso de Tancredo Neves de deixar a questão da duração do mandato presidencial para discussão na Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita em 1986 e que somente votará a questão na legislatura de 1987.

Na mesma linha estão os parlamentares ligados ao Partido Comunista Brasileiro e ao PC do B.

Outro fator a pesar em favor da cautela na modificação imediata do tempo de governo para José Sarney é ainda a grande sensibilidade das Forças Armadas à idéia de eleições diretas para presidente da República imediatamente. Os militares têm sugerido aos políticos que uma redução do mandato a toque de caixa seria o que estão chamando de "golpe legal", usando dois terços do Congresso para uma reforma constitucional casuística. Nesse caso, seria palatável aos militares essa redução, desde que nos parâmetros do acordo da Aliança Democrática, ou seja, pela Constituinte de 1986.

O cumprimento desse compromisso de Tancredo Neves, porém, será o momento politicamente mais difícil para José Sarney. Nos meios políticos, tanto na oposição do PDS ortodoxo quanto entre os coligados da Aliança Democrática, diz-se que o presidente Sarney não poderá fugir a uma verdade várias vezes enunciada pelo presidente Tancredo Neves: "Não é possível fazer política sem fazer vítimas". Esses momentos ele deve encontrar logo, quando tiver de completar os quadros de sua administração.

O então candidato Tancredo Neves prometeu uma participação de todos os setores que o apoiaram no seu governo. Aos estados que não tivessem ministros, seriam dadas compensações no segundo escalão do governo. Nesse momento, José Sarney fatalmente fará suas primeiras vítimas e encontrará as primeiras dissidências. Como dizia um experiente político pouco antes do falecimento do presidente Tancredo Neves: "Manter Sarney é manter a normalidade constitucional. Mas esse fato não exclui a luta pelo poder dentro da própria Aliança Democrática".

Até agora, convivendo com o drama da agonia do presidente, José Sarney pôde passar incólume pelos primeiros terremotos que teve de enfrentar, em parte graças a sua prática de política parlamentar. A solução para o problema do Banco Sul Brasileiro foi dividida com o Parlamento. O governo apresentou alternativas e fórmulas, mas o Parlamento decidiu. Entretanto, está próximo o momento em que o Executivo terá de decidir por si, como na negociação da dívida externa, na arbitragem dos conflitos sociais e, principalmente, na implementação da austeridade determinada por Tancredo Neves sob o "slogan" que cunhou poucos dias antes de cair doente: "É proibido gastar".

